

**HISTÓRIA DO TRABALHO E CULTURA OPERÁRIA NO
BRASIL PRÉ-1930: UM CAMPO DE ESTUDOS EM CONSTRUÇÃO (*)**

FRANCISCO FOOT HARDMAN

Professor Adjunto do Departamento e do Mestrado em
Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

A transformação da classe operária e de seu movimento em objetos de estudo sistemático na Universidade brasileira é fenômeno dos mais recentes. É sobretudo nos anos 70 que desponta um interesse mais nítido de algumas áreas do saber acadêmico – em particular no campo da história social, ciência política e sociologia urbana – em relação ao mundo do trabalho fabril, seu momento presente passando a ser analisado a partir de uma perspectiva histórica mais ampla. Sintomaticamente, foi durante os anos duros da repressão política que apareceram, em vários centros de investigação de Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo, projetos de estudos da história do trabalho urbano-industrial¹. Intelectuais de oposição ao regime recolham-se ao artesanato silencioso de uma revisão crítica do quadro historiográfico nacional. No exterior, também, era significativo o número de cientistas sociais e pesquisadores exilados que se dedicavam a teses tendo o movimento operário como tema central.

Mas não foi somente como sinal de resistência a um regime anti-operário que se configurou essa prática saudável de tornar a classe trabalhadora objeto menos estranho à Universidade, de suprimir preconceitos que a tomavam na melhor das hipóteses como ornamento curioso, na tradição bem arraigada do discurso nacional-populista. Ao se ensaiar, então, nem sempre de forma exitosa, encará-la basicamente como “sujeito de sua própria história”, alguns fatores institucionais tiveram papel relevante. Merece ser lembrada, aqui, a instalação, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a partir de 1974, do Arquivo de História Social “Edgard Leuenroth” (pertencente a um dos principais expoentes do movimento anarquista no Brasil) cuja riqueza documental propiciou a abertura de todo um mosaico de novas pesquisas até então inimagináveis. A expansão do sistema nacional de pós-graduação, por outro lado, em que pesem todas as suas contradições e limites, acabou por abrir alguns espaços na estrutura universitária, dando ensejo ao surgimento de novos enfoques teórico-metodológicos e de investigação empírica. Entre os cursos de mestrado surgidos a partir de meados da década passada e que privilegiaram a história social do trabalho em suas linhas de pesquisas podemos destacar, a título de exemplo, o caso de Ciência Política e História, ambos na Unicamp. Além disso, o contato mais estreito com **brasilianistas** e centros de estudos latinoamericanos de universidades dos EUA, bem como instituições especializadas da Europa – é o caso, entre outros, do Instituto Internacional de História Social (IISG) em Amsterdam², e do **Archivio Storico del Movimento**

(*) Este texto serviu de base para duas exposições feitas pelo Autor nas “Jornadas Argentino-Brasileiras de História Social Urbana”, organizadas pela CLACSO/CEUR/Fundação Casa de Rui Barbosa (Buenos Aires, setembro de 1985). Uma versão parcial e bem mais reduzida apareceu em **História em Cadernos** (IFES/UFRJ, IV (2), jul.-dez.1986).

Operário Brasileiro (ASMOB) em Milão 3 –, possibilitou a suplementação de fontes inexistentes no Brasil e o alargamento das referências internacionais.

No plano específico dos levantamentos documentais e exposição crítica de fontes primárias, os trabalhos de Edgar Rodrigues (1969; 1972), Maria Nazareth Ferreira (1978), Michael Hall & Paulo Sérgio Pinheiro (1979; 1981) e Edgard Carone (1979) têm fornecido pistas importantes para o desvendamento do passado operário no Brasil, mormente do movimento anarquista⁴. No campo da análise histórica mais geral, centrada no período pré-1920 e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o ensaio de Boris Fausto (1976) configurou-se como marco inaugural e estimulante de novos estudos de caráter monográfico, ao traçar um panorama sintético mas de largo espectro⁵.

Comparando-se a situação da pesquisa em história do trabalho no Brasil nos últimos dez anos com as lacunas e deformações da fase anterior (1930-1970), não há dúvida de que houve avanços notáveis. Até então, excetuando-se as teses pioneiras de macro-análise sociológica do sindicato corporativista estatal no Brasil, todas publicadas nos anos 60⁶, os textos produzidos sobre o movimento operário estavam permeados, em geral, por uma representação ideológica que tendia a consagrar o sindicalismo oficial do Estado pós-1930, legitimando a burocracia vinculada ao Ministério do Trabalho como fiel porta-voz da classe operária. Para tanto, ocultava-se e obscurecia-se a presença dos trabalhadores na cena histórica anterior ao movimento político-militar de Outubro de 1930. Seja para mitificar o nacional-populismo do Estado bonapartista de Vargas, seja para contrapor a “infância pré-histórica” do movimento anarquista à maturidade heróica e gloriosa representada pelo partido comunista, o fato é que a visão predominante sobre a classe operária da primeira república tinha, quase sempre, esse sinal negativo, de ausência ou quando muito de existência difusa, pré-política ou pré-discursiva.

Entretanto, se o período 1975-1985 traz alguns resultados animadores, caminha-se todavia a passos lentos nas novas direções esboçadas. O peso da tradição anterior faz-se ainda presente, quando não pelos efeitos ideológicos determinados a partir do processo de reprodução da estrutura sindical do Estado que já completou meio século de permanência. Soma-se a isso a situação crônica de precariedade material no setor de ensino e pesquisa das ciências humanas em países como os nossos. Além do mais, não se pode esquecer a própria inércia da rotina acadêmica, muitas vezes contentando-se em tão somente reiterar hábitos curriculares e temas tradicionais herdados da antiga divisão das disciplinas e departamentos.

Nesse sentido, a perspectiva interdisciplinar, se bem que tenha alcançado alguns resultados localizados, continua sendo, em grande parte, apenas um anúncio de boas intenções. No ramo da história social comparada, por exemplo, em especial no que concerne a sociedades com processos de industrialização em que tantos paralelismos emergem, como Argentina, Brasil e México, muito pouco se tem feito⁷. No caso do Brasil, apesar de alguns pontos de contato entre a História social do trabalho urbano e disciplinas como a ciência política ou antropologia, sem falar na busca de apoio teórico em estudos filosóficos ou em análises lingüísticas/literárias do discurso, ainda são por demais carentes os elos da pesquisa do movimento operário com a história econômica e com a economia política. Esta última, quando chega a tratar das questões referentes ao processo de trabalho, ignora os agentes históricos concretos que o efetuam. A história social, por sua vez, tende a superestimar temas ligados ao controle ideológico e à desmontagem dos discursos dominantes, abandonando quase por completo o exame das relações técnicas e sociais de produção.

Outro risco que tem estado presente nos trabalhos de história do proletariado elaborados no último decênio é o de isolar a “história operária” do restante da formação social, deixando-se em suspenso o exame das relações do trabalhador com a classe empresarial e com o Estado. A ênfase no cotidiano proletário se por um lado possui o mérito de resgatar uma dimensão até agora recusada pela historiografia tradicional, carrega consigo, de outro lado, o equívoco latente de se idealizar uma “história operária” acima dos conflitos de classes e, no limite, apartada do processo histórico⁸. Corolário dessa tendência é o de substituir o esquecimento do passado operário na historiografia por uma forma de visão apologética que faz da massa de trabalhadores anônimos personagens de martirólogos igualmente mistificadores, porquanto construídos não a partir do discurso da classe operária, mas de seus pretensos guias e profetas⁹.

Se o início dos anos 70 foi marcado na Universidade brasileira pelo que poderia ser chamado de euforia althusseriana, em que o formalismo estruturalista de categorias a-históricas decretava apressadamente o fim do sujeito e da experiência humana como fontes possíveis de conhecimento científico, parece que o início dos anos 80 tem assinado um certo modismo caminhando exatamente na direção oposta: o de um libertarismo pseudo-anárquico que cultiva as mais recentes manifestações parisienses nos domínios do estilo radical-chique¹⁰. Na esteira dessa vertente, percebe-se hoje em dia a presença, em alguns meandros do espaço universitário brasileiro, de uma nova modalidade de iconolatria: se até duas décadas atrás dizia-se que o que era bom para o partido comunista era bom para os operários, agora afirma-se, ingenuamente até, o primado da moral anarquista como panacéia geral contra todos os males da ideologia dominante.

Os estudos sobre a "cultura operária" no Brasil têm participado do mesmo rol de vicissitudes e possibilidades que vimos indicando até aqui, ao falar da história social do trabalho urbano em seu conjunto. Passaremos a focalizar, em seguida, alguns aspectos historiográficos específicos em torno do tema da cultura entre as classes trabalhadoras. Ao assinalar resultados parciais obtidos, lacunas visíveis e perspectivas atuais de encaminhamento da investigação, pretende-se apenas, de maneira concisa, dar idéia aproximada de uma linha de trabalho que, genericamente sob o título de "história das mentalidades", envolve na prática uma gama bastante variada de áreas suscetíveis de abordagem. No Brasil, esse tipo de pesquisa está somente começando. Por isso mesmo, qualquer tentativa de balanço será necessariamente inacabada, constituindo antes um levantamento provisório de questões capazes de fazer fluir o debate.

O início de projetos de investigação histórica em torno da cultura da classe operária urbana no período anterior a 1930, no Brasil, fundamentou-se teoricamente em trabalhos da historiografia social na Grã-Bretanha: entre outras, as contribuições de E.P. Thompson (1963; 1979), R. Hoggart (1957), R. Williams (1960) e E.J. Hobsbawm (1964; 1967)¹¹. Entre nós, o tema tinha sido apenas aflorado nas obras já referidas de Boris Fausto e Edgar Rodrigues. Em nível de estudo contemporâneo, voltado mais para a psicologia social e tendo como enfoque as relações entre cultura popular, indústria cultural e cultura de massa em grupos de operárias de São Paulo, a pesquisa de Ecléa Bosi (1972) forneceu referências teórico-metodológicas indispensáveis. O ensaio posterior dessa autora (1979), sobre a memória de velhos trabalhadores, soube valorizar a importância das técnicas de história oral na reconstrução dos elos perdidos entre indivíduo e sociedade, imaginário simbólico e espaço urbano-industrial¹². Finalmente, a tese ainda inédita de Eric Gordon sobre o movimento anarquista no Brasil (1978), foi o primeiro trabalho que dedicou dois capítulos substanciais ao exame da questão cultural entre os militantes libertários e trabalhadores no período 1890-1920¹³.

Dos principais problemas enfrentados pelos que, como nós, aventuraram-se nessa nova linha de análise histórica, estava o de distinguir, no interior do processo de formação do proletariado como classe, os aspectos de sua prática cultural que significassem efetivamente uma certa autonomia daqueles outros aspectos atinentes seja à ideologia dominante, seja ao discurso de lideranças "ilustradas". Não se buscou, nesse sentido, uma "cultura operária" pretensamente purificada do contágio dos valores capitalistas. Conforme já enfatizaram Hoggart e Hobsbawm, os padrões culturais e estéticos das classes dominantes penetram na cultura das classes subalternas, a começar da passagem da tradição oral para a linguagem escrita, num processo contraditório vinculado aos modos de procura e aquisição de **respectability**.

Mas, simultaneamente, devemos estar atentos, como aponta R. Williams, ao movimento reverso, isto é, aos efeitos pertinentes da presença social das classes subalternas sobre o quadro cultural dominante. Poderemos descobrir, assim, que esse quadro igualmente não se apresenta sob uma forma ideológica "pura" (do ponto de vista da ordem burguesa), mas que já expressa, nas suas fraturas e tensões mais significativas, os deslocamentos intersticiais que a existência dos deserdados provoca tanto no plano da produção e das instituições políticas, quanto do imaginário coletivo e das representações mentais¹⁴.

De outra parte, a pretensa homogeneidade cultural do proletariado emergente está também comprometida em função de outros fatores históricos, entre os quais podem ser lembrados: as diferenças nacionais entre grupos de trabalhadores imigrantes de origens diversas; a reciclagem de hábitos de vida rural numa paisagem urbana cambiante e marcada pelos novos ritmos da fábrica¹⁵; as enormes variações culturais de ordem regional e/ou local, fator que possui grande peso em países com regiões tão contrastantes como o Brasil; as formas heterogêneas do processo de trabalho industrial, incluindo desde as unidades semi-artesanais e manufatureiras até a grande indústria mecanizada; as concepções político-culturais divergentes entre as várias tendências que atuam no movimento operário (p.ex., anarco-coletivistas, anarco-sindicalistas, social-democratas, comunistas, sindicalismo "amarelo", círculos católicos, independentes, etc.).

Nesse sentido, no interior de um quadro definido pela heterogeneidade de formas sócio-culturais, a questão do internacionalismo operário não deve ser pensada meramente em termos geográficos, ou mesmo de uma distribuição estatística de nacionalidades, ou ainda a partir de plataformas político-ideológicas genéricas e abstratas, mas sim tomando como eixo de análise as práticas concretas, representações simbólicas e padrões discursivos criados, assimilados ou reelaborados pelas instituições da classe operária numa determinada sociedade. Isso vale tanto para a história do movimento operário em seu conjunto quanto para o estudo de seus aspectos culturais. Por exemplo: ao se inventariar os temas e modelos de construção da literatura de cunho anarquista no Brasil, percebe-se a existência de certas matrizes que têm a ver menos com a tradição literária nacional do que com gêneros e materiais presentes também em outros países, entre os quais a Espanha; mas, ao mesmo tempo, essas matrizes foram reformuladas pela introdução de motivos locais e pela adaptação da linguagem a uma tonalidade comum ao registro culto das elites brasileiras da época¹⁶.

Em outro contexto, observamos que os rituais de comemoração do Primeiro de Maio podem variar conforme a tendência política predominante em sua organização. Não há como separar rigidamente, pois, os momentos da "política" e da "cultura". Anarco-sindicalistas, socialistas ou sindicalismo reformista, cada uma dessas correntes constrói uma imagem particular da classe operária e tais concepções não são estranhas às práticas culturais efetivas, mas as informam e lhes oferecem "estilos" variados¹⁷. Mesmo considerando-se uma mesma tendência, como por exemplo o anarco-sindicalismo, e os padrões da festa operária ao longo do tempo, notam-se mudanças nítidas de rituais, a indicar as tensões entre o discurso "ilustrado" das lideranças e a necessidade de sua popularização. É o caso, em São Paulo, no período 1900-1920, da trajetória que leva as conferências de propaganda em recinto fechado, feitas num clima austero e solene, no início do século, a transitarem para festivais proletários ao ar livre, espetáculos lúdicos e populares, em que o discurso verbal se entremeia com jogos, música, piqueniques e outras modalidades mais descontraídas de divertimento. É claro que também aí intervêm fatores decisivos, como o ascenso das lutas operárias, as relações com as classes dominantes e com os aparelhos de Estado, que podem explicar a maior ou menor facilidade com que as instituições dos trabalhadores se apropriam do espaço urbano. São processos ligados à emergência do cosmopolitismo em cidades que cresceram muito rapidamente às custas da imigração, não se circunscrevendo a um só local. Buenos Aires e São Paulo, nesse particular, apresentam analogias e paralelos dos mais significativos¹⁸.

Se a dialética entre o plano nacional e o internacional é passo obrigatório na compreensão da cultura das classes trabalhadoras, tal procedimento deve completar-se pelo exame, no interior da sociedade, das diversas expressões regionais/locais de sua constituição. Dito de outra maneira, se para evitar a redução do movimento operário a um internacionalismo vazio é indispensável referi-lo a formações nacionais concretas, de mesma forma é preciso recuperar a dimensão das diferenças regionais, sob pena de se submeter a rica e complexa realidade do proletariado aos marcos do conceito burguês de nação. No Brasil, análises da indústria e do trabalho têm usado e abusado de generalizações esquemáticas a partir de categorias e processos detectados restritamente na região centro-sul, em torno do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Temos insistido na crítica a esse desvio de abordagem que acaba por tomar como nacionais processos válidos apenas na escala de determinadas regiões, em geral as mais desenvolvidas industrialmente. Com isso perde-se de vista inclusive processos anteriores, como seja, por exemplo, o surto manufatureiro têxtil na província da Bahia, em meados

do século XIX¹⁹. Desse modo, influências de setores artesanais na composição da classe operária, bem como de trabalhadores nacionais livres, deixam de ser melhor avaliada mediante o estudo de indústrias pioneiras em regiões como o Nordeste, onde sabidamente o peso da imigração européia foi bem menor. É claro que as repercussões dessas diferenças regionais no nível do imaginário fizeram-se desde logo notar. Por outro lado, o controle ideológico das elites, nas áreas de economia predominantemente rural parece ter utilizado formas mais rígidas de servidão burguesa, embora quase sempre enfrentando, desde muito cedo, a resistência organizada de um movimento operário cuja presença em cidades menores e estados menos desenvolvidos não foi em absoluto algo desprezível²⁰.

Parece que, felizmente, pouco a pouco, os projetos de investigação mais recentes têm-se voltado para temas monográficos bem delimitados, também aqui sob influência da historiografia social de tradição anglo-saxônica. Talvez passemos agora por um momento de particularização das análises, necessário para fugir à tendência da generalização de tipo "sociologizante", extremamente vaga do ponto de vista historiográfico, quando não multiplicadora de preconceitos. Se essa tendência de pesquisas tópicas se mantiver por um certo tempo, será possível ampliar em quantidade e qualidade o que hoje se conhece sobre a vida, experiências e representações das primeiras gerações de operários no Brasil. A partir daí, então, um novo patamar de análises gerais e comparativas poderia ser viável.

Entre as perspectivas temáticas que atualmente se esboçam, merecem ser ressaltadas:

- a) histórias específicas de categorias de trabalhadores, através do exame de suas condições de vida, características técnicas e sociais do processo produtivo, formas de organização sindical, ações grevistas e outros protestos, memória dos sobreviventes, representações do espaço do trabalho e da cidade, mecanismos de controle ideológico, etc.²¹;
- b) histórias enfocadas na biografia política e intelectual de militantes, como é o caso da trajetória de sonhos e lutas da escritora libertária Maria Lacerda de Moura (1887-1945), reconstruída pelo paciente e muito bem documentado trabalho de Míriam Lifchitz Moreira Leite (1984)²²;
- c) histórias centradas no estudo de empresas individuais (p. ex., antigas companhias têxteis que mantiveram em seus terrenos vilas operárias), ou ainda de cidades menores localizadas no interior (tentando recuperar, nesse cenário restrito, a presença sócio-cultural dos operários), podendo o enfoque girar também em torno de associações de classe pré-sindicais tratadas monograficamente²³.

Nesse itinerário, a leitura de fontes impressas e manuscritas, pode e deve, onde for possível, combinar-se com técnicas de história oral e com a análise iconográfica de imagens antigas e contemporâneas dos temas investigados. A fotografia, o emblema, o filme, a gravura alegórica não devem ser entendidas meramente como "ilustração" de determinado processo, mas estar presentes na própria montagem ideológica das representações envolvidas. Os depoimentos vivos de personagens e o material iconográfico não substituem em absoluto as funções documentais da palavra escrita, mas complementam significados fragmentários dos textos, auxiliando na composição de um quadro histórico mais rico factualmente e aberto a múltiplas interpretações. Em especial no plano das "mentalidades" e criações simbólicas, as imagens visuais e a palavra falada podem desvendar aspectos que permaneceriam obscuros no nível das fontes escritas.

Por último, o registro do que ainda representa muito mais um desejo – creio que compartilhado por todos nós que buscamos alargar as fronteiras nacionais dos estudos de história do trabalho – do que realidade palpável. Trata-se da perspectiva de uma história social comparada do trabalho na América Latina. Penso que, atualmente, não seria o caso de tentar sínteses abrangentes, que acabam no mais das vezes revelando-se superficiais, quando não redundam num inventário de séries nacionais justapostas. Se, no passado, algumas tentativas foram feitas nessa direção, o avanço nos levantamentos de fontes primárias inéditas e o refinamento dos instrumentais teóricos estão a reclamar, agora, maior aprofundamento empírico e interpretativo.

Seguindo a tendência mais tópica e monográfica dos estudos de história da classe operária no Brasil, talvez já seja possível estabelecer, em torno de algumas unidades temáticas fundamentais – recortadas do processo histórico global – ensaios comparativos que sirvam de pontes entre experiências nacionais aparentemente distintas, mas na verdade atravessadas por modos de pensar e sentir cujos contornos e significados remetem à própria configuração da moderna sociedade industrial.

NOTAS

- (1) Cf. Paulo Sérgio PINHEIRO: "Trabalho Industrial no Brasil: uma revisão". **Estudos Cebrap**, São Paulo, (14), out.-dez. 1975: 119-131. Além do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, cumpre mencionar os programas de pós-graduação em Ciências Sociais e História da Universidade Católica de São Paulo. No Rio de Janeiro, várias instituições passaram a tratar direta ou indiretamente de temas relacionados com a história social do trabalho: Museu Nacional, Fundação Rui Barbosa, IUPERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Na Universidade de São Paulo, apesar da inexistência de programas específicos dedicados a essa área, começaram a surgir desde logo projetos individuais de docentes e estudantes das ciências humanas interessados na questão.
- (2) Um primeiro levantamento sistemático de fontes da imprensa operária do Brasil e Argentina nesse arquivo encontra-se em E. GORDON; M. HALL; H. SPALDING: "A Survey of Brazilian and Argentine Materials at the Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam". **Latin American Research Review**, VIII (3), fall 1973: 27-77. A maior qualidade e variedade de periódicos e opúsculos da Argentina no período anterior a 1930 é flagrante. Cf. também H. SPALDING: **La Clase Trabajadora Argentina. Documentos para su Historia (1890-1912)**. Buenos Aires, 1970.
- (3) Esse arquivo conserva, entre outros materiais, a coleção de imprensa operária de Astrojildo Pereira, antigo militante anarco-sindicalista e, posteriormente, dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Cf. "Relação de Jornais e Revistas do Arquivo Astrojildo Pereira". **Memória & História**, São Paulo, (1), 1981: 147-210.
- (4) Cf. Edgar RODRIGUES: **Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)**, 1969; e **Nacionalismo de Cultura Social (1913-1922)**, Rio de Janeiro, 1972. Trata-se de trabalhos não-acadêmicos em que a apresentação de temas e materiais revela-se bastante confusa e arbitrária. O autor é um militante anarquista português estabelecido no Rio de Janeiro nos anos 1950. A riqueza das fontes que conseguiu arquivar (e que mantém inacessíveis aos pesquisadores) torna obrigatória a consulta de suas coletâneas.
A seleção de documentos publicada pelo historiador Edgard CARONE (**Movimento Operário no Brasil: 1877-1944**, São Paulo, 1979) também obedece a critérios episódicos, teoricamente desarticulados.
M. Nazareth FERREIRA apresentou o primeiro levantamento pormenorizado de materiais do Arquivo Edgard Leuenroth em **A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis, 1978.
A melhor seleção e organização de fontes primárias, apresentadas em torno de grandes séries temáticas, está P.S. PINHEIRO & M.M. HALL: **A Classe Operária no Brasil (1889-1930: Documentos)**. São Paulo, 1979/1981. 2 vol.
- (5) Boris FAUSTO: **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)** São Paulo, 1976. A obra que lhe corresponde para o caso da Argentina é Julio GODIO: **Inmigrantes Asalariados y Lucha de Clases (1880-1910)** Buenos Aires 1973. Ainda sobre o Brasil, vale também lembrar, em nível de análises gerais, o trabalho de Sheldon L. MARAM: **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro, 1979.
- (6) **Ver, entre outros**, Azis SIMÃO: **Sindicato e Estado**. São Paulo, 1966; L. Martins RODRIGUES: **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil** São Paulo, 1966; J. Albertino RODRIGUES: **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, 1968.

- (7) Isto, apesar do manancial de documentos levantados na década de 1970. Ver, a propósito, a sugestiva proposta temática tendo como cenário a América Latina do século XIX e apresentada criticamente na seleção original de textos feita por Carlos M. RAMA: **Utopismo Socialista (1830-1893)**. Caracas, 1977.
- (8) A crítica desse isolamento da história da classe operária em relação à totalidade social foi formulada, entre outros, por E.J. HOBBSBAWM: "Labor History and Ideology". **Journal of Social History**, 7 (4), summer 1974: 371-381; e G. HAUPT: "Pourquoi l'Histoire du Mouvement Ouvrier?" in **L'Histoire et le Mouvement Social**. Paris, 1980: 17-44.
- (9) Sobre a diferença crucial entre os planos da classe, movimento e direção na história do trabalho cf. HOBBSBAWM, art. cit.
- (10) Sobre esse balanço, apóio-me em E.P. THOMPSON: **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, 1981 (Londres, 1978); e P. ANDERSON: **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo, 1984 (Londres, 1983).
- (11) Cf. E.P. THOMPSON: **The Making of the English Working Class**. Londres, 1963 (Barcelona, 1977); e **Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona, 1979; R. HOGGART: **As Utilizações da Cultura**. Lisboa, 1973/1975, 2 vol. (Londres, 1957); R. WILLIAMS: **Cultura e Sociedade: 1780-1950**. São Paulo, 1969 (Londres, 3ª ed., 1960); E.J. HOBBSBAWM: **Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**, Rio de Janeiro, 1981 (Londres, 1964); e "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial" in **Níveis de Cultura e Grupos Sociais**. Lisboa/Santos, 1974: 239-263 (Paris, 1967).
- (12) Cf. E. BOSI: **Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operários**. Petrópolis, 1972; e **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, 1979.
- (13) E. GORDON: **Anarchism in Brazil: Theory and Practices (1890-1920)**. New Orleans, Tulane University, 1978 (Ph.D., inédito). Ver em especial cap. IV, "The struggle against ignorance" e cap. V, "Regeneration begins at home", pp. 177-276.
- (14) Desenvolvi esse aspecto mais detidamente ao analisar as relações entre a literatura social de cunho libertário e a "grande literatura" do pré-modernismo e modernismo no Brasil. Ver F. Foot HARDMAN: **Nem Pátria Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo, 1983, cap. 3: "Sinais do Vulcão Extinto" e apêndice: "O Impasse da Celebração", pp. 111-183. Trabalhei a mesma temática no artigo: "Palavra de ouro, cidade de palha" in **Os Pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo, 1983: 79-87.
- Mais recentemente, vários artigos de teoria literária e história social foram reunidos sob o prisma das relações entre literatura, militância e ideologia. Ver A. Arnoni PRADO (org.): **Libertários & Militantes: arte, memória e cultura anarquista**. Campinas, 1985 (Col. Remate de Males, 5).
- Nova versão modificada dessa coletânea de ensaios apareceu agora sob forma de livro: Cf. **Libertários no Brasil: memória; lutas; cultura**. São Paulo, 1986.
- Ainda na mesma vertente, ver o material literário selecionado na imprensa operária e organizado criticamente por A. Arnoni PRADO & F. Foot HARDMAN em **Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)**. São Paulo, 1985.
- Sobre as relações entre história, literatura e sociedade na primeira república do Brasil, é preciso ressaltar também a contribuição original de Nicolau SEVCENKO: **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, 1983.
- (15) Para uma crítica pertinente dos preconceitos de intelectuais e militantes com relação ao tema da origem rural do proletariado na América Latina, vista em geral como fator de "atraso" na consciência de classe, ver M.M. HALL & P.S. PINHEIRO: "Alargando a História da Classe Operária: organização, lutas e controle" in **Libertários & Militantes, op. cit.**, 1985: 96-120.
- (16) Cf. PRADO & HARDMAN, "Introdução" in **Contos Anarquistas, op. cit.**, pp.

9-25. Sobre a cultura anarquista na Espanha, ver o magistral mosaico construído em Lily LITVAK: **Musa Libertaria: arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)**. Barcelona, 1981.

Outro exemplo dessa simbiose contraditória de tradições culturais pode ser vista no caso do teatro operário, em que concepções libertárias anarquistas fazem contraponto ao romantismo popular do folhetim. Cf. HARDMAN, **Nem Pátria Nem Patrão**, op. cit., cap. 2. Ver também M.T. VARGAS (coord.): **Teatro Operário na Cidade de São Paulo**. São Paulo, 1980.

Sobre as relações entre o folhetim do século XIX e a imprensa anarquista, ver o interessante artigo de Vera M. CHALMERS: "A Literatura Fora da Lei (um estudo do folhetim)" in **Libertários & Militantes**, op. cit., pp. 136-145. Sobre a tradição do folhetim na Argentina, ver Ema WOLF & Guillermo SACCO-MANNO: **El Folletín**. Buenos Aires, 1972.

Já no campo da prática musical, parece que a herança dos imigrantes europeus fundiu-se a outras raízes populares. É o que indica a trajetória de antigas bandas operárias no Brasil, como a Corporação Musical Operária da Lapa, bairro fabril de São Paulo, criada nos anos 1880. Ver, a respeito, F. Foot HARDMAN: "Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor" in **Libertários & Militantes**, op. cit., pp. 62-69, e também in **Libertários no Brasil**, op. cit., pp. 150-161.

- (17) Quanto à presença da social-democracia no Brasil, apesar de ofuscada pela maior pujança do anarco-sindicalismo no período 1906-1920, não pode ser ignorada, especialmente no período 1890-1902, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, além de localidades no interior, algumas capitais de estados do Nordeste e municípios do Rio Grande do Sul (Pelotas e Rio Grande). Enfatizamos esse aspecto, em geral pouco ou nada valorizado nas análises correntes, em F. Foot HARDMAN & V. LEONARDI: **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo, 1982, caps. 13 e 14. No cap. 5 da mesma obra, apontamos elementos para as origens mais remotas do proletariado no Brasil desde meados do século XIX e suas relações de coexistência com o trabalho escravo. Para uma abordagem original da "pré-história" do movimento operário argentino (valendo-se inclusive de fontes inéditas do IISG de Amsterdam sobre a correspondência entre a Primeira Internacional e militantes de Buenos Aires), ver Ricardo FALCÓN: **Los Orígenes del Movimiento Obrero (1857-1899)**. Buenos Aires, 1984. Saltam à vista diversas semelhanças com o processo verificado em igual período no Brasil.
- (18) Tanto Buenos Aires como São Paulo urbanizaram-se vertiginosamente enquanto metrópoles a partir da imigração de trabalhadores europeus. O anarco-sindicalismo foi durante muito tempo em ambas as cidades a principal expressão política do movimento operário. Os **conventillos** significaram na paisagem urbana de uma delas o que os **cortiços** significaram na outra. Festas de lazer operário e de propaganda anarquista seguiram idêntico padrão de metamorfose nas duas cidades: das conferências em auditórios compenetrados dos anos 1900 aos festivais populares a céu aberto nos anos 1920. As duas cidades viveram os efeitos culturais de um rápido e desconcertante cosmopolitismo, assim como as mobilizações operárias mais intensas daquele período nos dois países. Por isso mesmo, o sentido da autonomia operária não era, nessas duas capitais, mera palavra de ordem abstrata, mas inscrevia-se plenamente no cotidiano das classes trabalhadoras. Não é à toa que, tanto numa quanto noutra, o recurso sistemático à repressão violenta não bastava para arrefecer a perspectiva de independência das instituições proletárias ante os organismos patronais e do Estado. Em conseqüência, analogamente, parece que tanto em São Paulo como Buenos Aires as classes dominantes tiveram que recorrer a mecanismos mais sutis de controle ideológico para conseguir neutralizar a herança combativa e anti-conciliatória do anarco-sindicalismo. A indústria cultural de massas foi um desses recursos, certamente ao lado de muitos outros. A meu ver, a burocratização sindical e a conversão de entidades de classe operária em apêndices do Estado nacional-populista não podem ser entendidas completamente sem o exame da influência de fatores como o das mudanças psicológicas e sociais desencadeadas pela introdução dos novos artefatos culturais da modernidade.

- Cf. HARDMAN, *Nem Pátria Nem Patrão*, op. cap. 1. Sobre Buenos Aires, ver José PANETTIERI: *Los Trabajadores*. 3^a ed., Buenos Aires, 1982, em especial caps. 2 e 3; Hugo del CAMPO: *Los Anarquistas*. Buenos Aires, 1971; G. BOURDÉ: "La condition ouvrière à Buenos Aires à la fin du XIX^{ème}. et au début du XX^{ème}. siècle". *Le Mouvement Social*; (84), jul.-set.1973: 1-33; Ernesto GOLDAR: *La 'Mala Vida'*. Buenos Aires, 1971.
- (19) Ver HARDMAN & LEONARDI, op. cit., cap. 1. Sobre a importância do surgimento da produção de tipo fabril e do transporte ferroviário no Nordeste do século XIX, ver também V. LEONARDI & F. Foot HARDMAN: "Tecnologia e História Industrial do Nordeste: algumas questões metodológicas". *Textos de Debate*, João Pessoa, MCS/UFPB, (3). 1983: 13-24.
- (20) Ver, a propósito, as indicações historiográficas que realizamos a partir da imprensa operária em HARDMAN & LEONARDI, 1982, op. cit., cap. 15: "Expressões regionais do movimento operário brasileiro: o proletariado nas regiões Norte, Nordeste, Sul e interior do Sudeste", pp. 287-316.
- Entre os trabalhos monográficos que têm recuperado aspectos relevantes da história da indústria e do trabalho urbano no Nordeste, merecem ser registrados: J.S. Leite LOPES: "Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa" in *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, 1979: 41-98; J.L. Pamponet SAMPAIO: *Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1973)*. Salvador, 1975 (tese de mestrado na Universidade Federal da Bahia). Esses dois trabalhos tratam de indústrias têxteis surgidas na última década do século XIX na Bahia e em Pernambuco e que empregaram pioneiramente o sistema de vilas operárias.
- Sobre a imprensa operária da Bahia e Paraíba, ver A. A. Canelas RUBIM: *Meios de Produção Simbólica Proletários - Bahia 1917-1921*. João Pessoa, MCS/UFPB, 1984 (Série Debates, 1) e *Movimentos Sociais e Meios de Comunicação - Paraíba 1917-1921*, João Pessoa, DAC/UFPB, 1980 (inédito). Ainda na região do Nordeste ver a monografia de J. Ibarê C. DANTAS: *Notícia da Imprensa Operária Sergipana (1891-1935)*. Aracaju, 1974 (inédito).
- Em nível de levantamento de fontes primárias relativas ao Nordeste, é necessário destacar o trabalho exaustivo levado a efeito pela Fundação de Pesquisas (CPE) da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplante) do Estado da Bahia e que resultou numa série de publicações e informes bibliográficos a partir de 1978, embora voltados mais para o campo da história econômica. Mais recentemente, a partir de 1982, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDHIR/UFPB) desenvolve o projeto coletivo "Fontes para a História da Industrialização no Nordeste (1888-1980)", que visa principalmente a recuperação de documentos de interesse para a história social.
- (21) Entre outros, ressalte-se a excelente monografia de M. Lucia Caira GITAHY: *Os Trabalhadores do Porto de Santos (1889-1910)*. Campinas, Unicamp, 1983 (mestrado em história). Ver, também, Liliana R. Petrilli SÉGNINI: *Ferrovia e Ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo, 1982.
- Documentos como os selecionados na imprensa argentina por Ricardo GONZÁLEZ em: *Los Obreros y el Trabajo*. Buenos Aires, 1901 (Bs. Aires, 1984) são utilíssimos nessa linha de trabalho.
- (22) M.L. Moreira LEITE: *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, 1984. Atualmente, o professor A. Arnoni PRADO (IEL/Unicamp) prepara um estudo ainda inédito sobre o escritor e militante anarquista José Otílica.
- (23) Além dos trabalhos de LOPES e SAMPAIO já citados, sabemos da existência de projetos de dissertação de mestrado ainda em curso na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep, SP) e na Universidade Federal da Paraíba. Essas duas instituições iniciaram, na década de 1980, programas de pós-graduação em ciências sociais com ênfase na história do trabalho. Merece menção igualmente a iniciativa pioneira de criação de um Museu do Trabalho na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).
- Entre outros trabalhos mais recentes que recuperaram e reavaliaram o passado

cultural anarquista e operário, ver Cristina HEBLING: **O Sonhar Libertário e M. Auxiliadora Guzzo DE DECCA: A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1927-1934** (Campinas, Unicamp, 1983, mestrado em história).

Nessa vertente de investigação, um manancial importante pode ser o de histórias de municípios feitas por autores locais. Quase sempre escritas sob uma ótica tradicional, resvalando para a crônica descritiva e fragmentária de costumes, fornecem algumas vezes, entretanto, subsídios para a recuperação do mundo do trabalho. No plano das associações de classe, por outro lado, tem-me chamado a atenção a sobrevivência, até os dias atuais, especialmente em cidades pequenas do interior, de entidades mutualistas do século XIX, espécie de monumentos vivos da formação da classe operária no Brasil. Mesmo em capitais do Nordeste, esse não é um fenômeno incomum. Na vida dessas antigas associações localizam-se, certamente, alguns dos elos perdidos da transição sindical no Brasil.